



## **JOVEM MULHER NEGRA QUILOMBOLA: IDENTIDADES E TRAJETÓRIAS**

Priscila da Cunha Bastos <sup>1</sup>

O estudo em questão é parte da dissertação de mestrado intitulada “Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras” que refletiu sobre a trajetória de jovens mulheres negras quilombolas considerando seus percursos de escolarização e trabalho. A premissa de que a heterogeneidade das condições de vida e trabalho das jovens que moram no campo configura formas de viver diferenciadas, constituindo experiências e identidades coletivas distintas, orientou as análises.

Na trajetória de vida das jovens pesquisadas as identidades negra e quilombola se articulam com o gênero e a geração e se constroem e reconstroem em diálogo e na relação com o outro. Dentro da comunidade de origem, os conflitos que vivem afirmam os pertencimentos de gênero e geração, e as situações de discriminação que enfrentam nos seus percursos de idas e vindas do quilombo para trabalhar e estudar na cidade também dão corpo a este processo de afirmação de suas identidades, pois no enfrentamento do preconceito e nos conflitos se afirmam símbolos e representações positivas e/ou negativas sobre sua história e sobre si mesmo, um processo vivenciado de maneira única por cada indivíduo.

Nesse texto, são apresentadas algumas considerações sobre a constituição das identidades de jovem, mulher, negra e quilombola entendendo-as como um sistema de relações e representações que se constitui pela forma que nos reconhecemos e pela forma com que somos reconhecidos pelos outros, num jogo de forças que modifica a todo tempo suas fronteiras. Nesse sentido, utiliza-se o termo identidades articuladas como forma de não fixar a diversidade dos indivíduos. Alguns exemplos são analisados para dar corpo a esse processo de constituição de identidades dentro e fora da comunidade de origem, particularmente os conflitos com a autoridade paterna e as trajetórias de trabalho.

### *Identidades Articuladas*

A complexidade do real tem gerado novos processos de identificação que constituem identidades singulares, como a de jovem mulher negra quilombola. Os diferentes pertencimentos dos sujeitos trazem a necessidade de entendermos a identidade como um jogo relacional em que

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação/Observatório Jovem - UFF/ Colégio Pedro II



aparecem ao mesmo tempo a diversidade e as relações de poder e a produção de desigualdades. Neste sentido, pesquisar as trajetórias de jovens mulheres quilombolas permite o reconhecimento do tipo de espaço relacional que essa identidade constitui e pelo qual é constituída.

Trata-se de identificações que na sociedade de classes são marcas não só de diferença, mas fundamentalmente de desigualdades. O modo como a sociedade representa o ser jovem, mulher e negra tem raízes nas diferenças biológicas e nos significados sociais dessas diferenças constituídas como expressão das relações hierárquicas de gênero, raça e geração. Os conceitos analíticos de gênero, raça e geração têm como objetivo a desnaturalização das desigualdades sociais e se contrapõem ao pensamento que toma as características físicas e biológicas como definidoras das qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais de um indivíduo.

Nos processos históricos que formaram a sociedade brasileira, observa-se um esforço em produzir um padrão ideal do “ser mulher negra” submissa e excluída, um processo social que prepara as jovens para uma posição de desvantagem frente às expectativas educativas e profissionais, entre outras, tendo como referencial importante o trabalho doméstico (Whitaker, 2002).

Hoje, os ideais do que é ser mulher estão se transformando especialmente pela ampliação do acesso à educação escolarizada, por pressões especialmente dos movimentos sociais feministas e do mercado de trabalho. Apesar dos avanços, “o racismo e o sexismo levam a mulher negra a projetar sua identidade em conflito com a realidade de seu corpo e sua trajetória familiar e étnica” (Gomes, 1995, p.25).

O ser mulher negra é uma condição social e cultural que tem muito peso nos processos de formação das identidades das jovens quilombolas, pois o gênero e a raça fazem grande diferença na construção das suas auto-imagens. Isto porque as representações sociais de gênero e raça reproduzem preconceitos e estereótipos negativos que são internalizados desde a primeira infância por um tipo de educação, inclusive a escolar, sustentada pelas ideologias do racismo e do patriarcalismo. Estas noções são capazes de interferir no desenvolvimento da personalidade, da auto-estima e da autonomia da mulher negra enquanto indivíduo (Nascimento, 2003). Interferem também no processo de socialização das jovens pesquisadas o aprofundamento das relações com a comunidade que cria novos espaços socioculturais de intercâmbios materiais e simbólicos.

Podemos observar uma inter-relação das questões racial e de gênero, principalmente no que diz respeito à construção social destas categorias. Ambas revelam na crítica, uma ao racismo, e outra ao patriarcalismo, uma ideologia que naturaliza as desigualdades sociais de raça e sexo



justificando as distinções de posições, papéis sociais, direitos e deveres na diferença biológica entre brancos e negros, machos e fêmeas. Dessa forma, Nascimento (2003) considera que

O racismo se constitui e opera essencialmente da mesma forma que o sexismo, tanto no campo da discriminação, resultando em desigualdades sociais estatisticamente mensuráveis, quanto no âmbito mais amplo, efetuando de diversas maneiras, ora diretas, ora sutis, determinações e condicionamentos às possibilidades e às perspectivas de vida das pessoas e dos grupos humanos envolvidos. (p.66)

Não podemos esquecer que as jovens pesquisadas se inserem na estrutura da sociedade em uma posição desigual também por conta de sua classe e carregam o estigma histórico sobre o seu local de moradia, tanto no que se refere à identidade quilombola quanto à rural.

No processo de construção de suas identidades, as jovens deparam-se com o entrelaçamento dinâmico das dimensões de gênero e raça. A experiência de ser negra é vivida através do gênero, assim como a experiência de ser mulher é vivida através de seu pertencimento racial. Essa perspectiva relacional abre caminho para uma noção de autoria nos processos de identificações, isto significa dizer, como Simone de Beauvoir já assinalava, que “nós não nascemos mulher, mas nos tornamos mulher”. Para Nascimento (2003), a introdução da dimensão “tornar-se” quando se fala em identidades representa uma escolha intencional e assumida de um projeto de identidade. Continua afirmando:

Se a construção do conceito de gênero desloca o enfoque da teoria feminista da “mulher” para as “relações de gênero”, o movimento no sentido de tomar como objeto de reflexão as “relações raciais” em vez de focalizar “o negro” também traz implicações para a articulação de novas abordagens da questão racial. (p.76)

As jovens que vivem no campo continuam vivenciando um intenso controle social principalmente quanto à possibilidade de circulação em diferentes espaços. Uma hipótese formulada por Castro (2006) defende que tal movimento estaria ligado aos seguintes fatores: os processos de socialização do meio rural baseados numa divisão sexual do trabalho que geralmente exclui a mulher do processo produtivo (preparação das filhas para o trabalho doméstico e dos filhos para o trabalho na terra) e conseqüentemente da condição de sucessora da terra levando a uma maior dificuldade de permanecer no campo. Além disso, as jovens vivem com mais intensidade os conflitos da autoridade paterna/adulta. A negociação para as jovens mulheres poderem sair para se divertir é constante. Sair para trabalhar em alguma fazenda próxima ou para ir à escola não representava um problema, mas participar das festas nas cidades próximas ao quilombo, dos bailes já era diferente. Associando à interpretação de Stolcke (2007), podemos entender esta “rédea curta”, termo utilizado por uma das entrevistadas, como uma tentativa de controle da sexualidade das mulheres que está vinculado à posição social que a mulher ocupa como instrumento de reprodução



e manutenção tanto da lógica de dominação e das relações de herança (sobrenomes, religião, etnia) como do prestígio da família.

Nesse sentido, a questão da herança também ganha recortes de gênero. No processo de definição de quem pode e quem não pode sair do quilombo, por exemplo, ou colocar um ponto de jongo, está em jogo a hierarquia da família e da própria sociedade.

Em se tratando da herança da terra, da herança da luta pela terra e da herança espiritual ligada às manifestações religiosas e ao jongo, há diferenças entre homens e mulheres no processo de transmissão geracional. Como a terra do quilombo ainda encontra-se em processo de disputa, é o seu valor simbólico e não tanto o produtivo que ganha força. A herança da luta pela titularização é de todos, mas a sucessão da liderança política é masculina. Às jovens atribui-se a herança espiritual.

Este processo segue uma lógica de produção dos herdeiros na qual “o provável herdeiro diferencia-se dos demais filhos, tanto em termos de prestígio na família, quanto em relação às cobranças e expectativas dos pais” (Castro, 2006, p. 262).

Muitos fatores contribuem para a movimentação dos jovens do campo para a cidade. O desejo de dar continuidade aos estudos, de ter opções de lazer, de buscar uma vida melhor através de um trabalho remunerado associa-se às questões relacionadas à lógica de reprodução familiar, às relações de hierarquia, à herança. Neste sentido, os jovens que vivem no campo levantam questões que desafiam a estrutura da sociedade brasileira. Pensar nas idas e vindas desses jovens significa pensar na estrutura fundiária do país, na distribuição desigual dos serviços públicos, entre outros.

Muitas jovens do quilombo São José, por exemplo, saem de sua comunidade para trabalhar, principalmente como doméstica nos centros urbanos mais próximos como Volta Redonda e Rio de Janeiro. Contudo, esse deslocamento não significa necessariamente ruptura com a comunidade de origem e está relacionado ao jogo de identidades e a interpretação que fazem de seus papéis sociais.

### *Trajetórias de Trabalho*

O trabalho é um grande indicador das relações de gênero no quilombo. Ao mesmo tempo em que a socialização das jovens dentro do grupo familiar é marcada pelo serviço doméstico<sup>2</sup>, como o cuidar dos irmãos e irmãs mais novas ou da preparação da comida, são elas que vêem os jovens como acomodados com o trabalho na roça, indicando outras perspectivas de futuro diferentes daquelas que foram passadas pela família. Para elas, as jovens “querem conquistar mais coisas” e

---

<sup>2</sup> Segundo dados da PNAD, 89,9% das mulheres jovens economicamente ativas têm os afazeres domésticos como atividade. Conciliando-os com o trabalho e o estudo, estas jovens vêm atingindo níveis de escolarização mais altos que os homens.



“conhecer coisas diferentes”, nas palavras de uma das jovens. No entanto, o trabalho disponível próximo ao quilombo, além do doméstico, é na agricultura, para capinar, uma função pesada a qual as jovens não querem mais se submeter. Na perspectiva de que o processo de construção da autonomia está vinculado também ao poder econômico, Maria relata que na roça são os jovens homens que conseguem de alguma forma ajudar a manter uma renda, justifica ressaltando o valor social do dinheiro para o homem que é visto como o provedor da casa e mesmo quando ainda não constitui família precisa de dinheiro para as saídas, no caso os divertimentos, bailes e outras atividades de lazer.

Existe uma rede de trabalho feminino que traça o caminho das jovens com relação às possibilidades de emprego, impulsionada desde as primeiras mulheres que saíram para trabalhar como domésticas. O empregador de uma conhece alguém que está procurando gente para o serviço, as informações retornam ao quilombo e a menina que estiver disponível e com vontade de trabalhar fora acaba vendo esta como a única oportunidade.

O trabalho como doméstica acaba se tornando a alternativa viável para se ter acesso aos bens que a cidade oferece, desde o dinheiro ao conhecimento. O fato de se ter um lugar para dormir se transforma no principal atrativo, mas os fatores que levam uma menina ou outra a este trabalho são diferentes. Uma das jovens tinha como principal objetivo fornecer melhores condições de vida para seus filhos<sup>3</sup>, já outra foi trabalhar no Rio de Janeiro, pois viu nesta proposta a possibilidade de dar continuidade aos estudos, de cursar uma faculdade. De certa forma, o sonho de continuar os estudos perpassa a trajetória das duas jovens, o lugar que este sonho se encaixa na vida de cada uma no seu campo de possibilidades que é diferenciado.

Se as relações de gênero são marcadas por confrontos de poder entre a vida pública e privada em que à mulher designa-se uma posição inferior, e as relações raciais configuram um estado de desigualdade e invisibilidade para os negros, o que significa para a mulher negra carregar a história dessas relações que podem ser representadas pelos estigmas produzidos socialmente como o de objeto sexual, o de ser serviçal ou subserviente, o fato de serem quilombolas ou morarem “na roça” e o trabalhar como doméstica?

Não se pode negar que a história do serviço doméstico no Brasil está profundamente vinculada com a história das escravas domésticas encarregadas das tarefas do lar do senhor. Após a abolição esta ocupação tornou-se a maior fonte de trabalho feminino. As relações entre patroa e

---

<sup>3</sup> No que se refere ao trabalho, também são criadas estratégias junto à família para que os filhos permaneçam no quilombo enquanto a mãe trabalha em outra localidade.



empregada ainda carregam os resquícios das relações entre senhora e escrava, pautadas nas idéias de subordinação, exploração, apadrinhamento e ajuda.

No que se refere ao mercado de trabalho, as mulheres negras são submetidas às ocupações mais precárias, como o serviço doméstico. Este representa 25,1% da população economicamente ativa feminina na faixa de 15 a 24 anos (só na região sudeste, nessa mesma faixa etária temos 19,5% de jovens nessa ocupação), de acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios de 1995) condensados na publicação: “Perfil da mulher jovem de 15 a 24: características diferenciais e desafios”. Se considerarmos a variável cor, encontramos 53,2% de jovens pretas e pardas trabalhando como domésticas. Cruzando esses dados com a população de mulheres jovens entre 15 e 24 anos, temos, de um total de cerca de 14,3 milhões, vivendo nas cidades 11,6 e no campo 2,7 milhões, o que indica que muitas vezes a porta de entrada das jovens no trabalho urbano se dá via trabalho doméstico.

Essa inserção precária no mercado de trabalho, considerando a relação entre rendimento, número de horas trabalhadas e ausência de regulamentação profissional, “(...) permite uma série de violações, que submetem as trabalhadoras domésticas, dentre outros constrangimentos, à violência sexual e moral por parte dos empregadores, à jornada de trabalho escravizante e a salários irrisórios sob a falsa argumentação do acolhimento”. (Ribeiro, 2004, p. 90).

As arbitrariedades em que estão sujeitas as trabalhadoras domésticas dizem respeito à precariedade das condições de trabalho, ao grande número de horas em serviço, à baixa remuneração, a informalidade a que estão sujeitas e estão ligadas a uma condição indefinida da trabalhadora doméstica que vive entre relações dissimuladas com a empregadora que ora é a “madrinha” e ora é a patroa. Tal fato se agrava quando tratamos das trabalhadoras que residem<sup>4</sup> nas casas dos patrões, pois a relação de ajuda se evidencia mais do que a relação de trabalho, uma vez que o alojamento e a comida, para citar alguns exemplos, são vistos como regalias dos empregadores. Este caso produz ambigüidades, uma vez que as relações ao ficarem mais pessoalizadas tornam difícil a definição dos papéis sociais de patroa e empregada, os quais passam a se basear em trocas afetivas e favores. A relação de exploração é mascarada inclusive pelo discurso, a jovem não é vista como uma trabalhadora, mas como uma “ajudante”, “afilhada” e a patroa é a

---

<sup>4</sup> Não podemos deixar de considerar a heterogeneidade de situações dentro do trabalho doméstico remunerado. Melo (1998) classifica da seguinte maneira: *as mensalistas* – “empregadas domésticas residentes, que vivem no local de trabalho, recebem salário mensal, mais casa e comida” e *as diaristas* – “empregadas que não residem no local de trabalho, trabalham em várias casas de famílias, recebem salário diário ou semanal/mensal”.



“tia” ou “madrinha”. O salário irrisório e o número de horas trabalhadas cada vez mais indefinida revelam esse tipo de relação.

O trabalho doméstico remunerado, considerado pela sociedade uma ocupação subalterna por não exigir experiência e qualificação e por se basear na construção cultural de que o serviço de casa é o lugar da mulher, tornou-se refúgio das trabalhadoras com baixa escolaridade e sem treinamento. Historicamente a mulher negra que veio da senzala, excluída de outras formas de inserção social, ocupa esta posição. Como assinalou Gonzalez, reportado por Melo (1998, p.8), quando a mulher negra “não trabalha como doméstica, encontramos esta prestando serviços de baixa remuneração nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “empregadas de limpeza”.

As jovens do quilombo possuem elevado nível de escolarização com Ensino Médio completo, não se inserem, portanto, no perfil das trabalhadoras domésticas no que se refere à qualificação. Elas seguiram um percurso que se iniciou com suas mães. O trabalho doméstico é a porta de entrada no mercado de trabalho urbano e a possibilidade de aquisição de uma autonomia econômica que modifica as relações familiares e a forma como são vistas dentro do quilombo. A grande diferença para as gerações anteriores é que este trajeto não configura a entrada no mundo adulto, mas sim uma ampliação nas possibilidades de ser jovem quilombola. Contudo, o avanço na escolarização não significou uma nova entrada no mundo do trabalho urbano para as jovens mulheres negras.

### *Bibliografia*

CASTRO, Elisa G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. In: Woortmann, E. F. et alli. (orgs.), *Margarida Alves. Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA/ IICA, 2006.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza edições, 1995.

IBGE. Perfil da mulher jovem de 15 a 24: características diferenciais e desafios. IN: \_\_\_\_\_População jovem no Brasil, Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 55 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 3). Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

MELO, Hildete Pereira de. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, n. 565). Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td\\_0565.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0565.pdf). Acesso em: 18 out. 2008

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.





RIBEIRO, Matilde. Relações raciais nas pesquisas e nos processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. IN: VENTURI, RECAMÀN e OLIVEIRA (orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio e Janeiro: Edições Graal, 1990

SEYFERTH, Giralda. *O conceito de raça e as ciências sociais*. Rio de Janeiro: Depto. de Antropologia, Museu Nacional, 2001. (Mimeo).

STOLCKE, Verena. Gênero mundo novo: interseções. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. In: GROSSI, M. E., FRY, P. (orgs.) *Conferências e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova letra/ RBA, 2007.

\_\_\_\_\_. *Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?* Estudos Afro- Asiáticos, nº20, junho, 1991.

WHITAKER, Dulce C. A. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. *Cadernos Cedes*. [online] Ano XXII, nº 56, abril/2002. p.7-22. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br).